MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v12i23.16403

As relações militares Estados Unidos-Brasil e a dependência estratégica (2016-2022)

United States-Brazil military relations and strategic dependence (2016-2022)

Relaciones militares entre Estados Unidos y Brasil y dependencia estratégica (2016-2022)

Ana Amélia Penido Oliveira
Bolsista FAPESP de pós doutorado em Ciência Política na Unicamp.
E-mail: anapenido@gmail.com.
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-0110-4840.

Lívia Peres Milani
Bolsista Capes de pós doutorado no PPG RI San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), Programa Capes-PrInt.
E-mail: livialpm@gmail.com.
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4300-205X.

Luciana Wietchikoski
Unisinos.
E-mail: wietch.luciana@yahoo.com.br.
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-1629-4387.

Resumo: Este artigo analisa a manifestação da dependência brasileira em uma área específica, a estratégica, e diante de um ator, os Estados Unidos da América. Em diálogo com a teoria marxista da dependência, extrapolou-se a discussão predominante na área – que trata das compras de equipamentos – com a proposição

de cinco dimensões por meio das quais a dependência é perpetuada e ampliada: reuniões bilaterais, acordos internacionais, exercícios militares conjuntos, estágios e acordos com escolas militares, e contratações através dos escritórios de Washington. A metodologia escolhida combina a revisão de literatura especializada, notícias veiculadas por websites institucionais, e a análise quantitativa e qualitativa de dados sobre o período de 2016 a 2022, como documentos oficiais do Executivo e Legislativo brasileiro, alguns deles acessados por meio da Lei de Acesso à Informação. Identificou-se um alinhamento militar crescente entre Brasil e EUA desde 2016, que se desdobra de maneiras altamente institucionalizadas, como no acordo referente à Base de Alcântara e na parceria ESG-Perry Center. Dessa maneira, o texto contribui com a literatura sobre dependência estratégica, ao sinalizar diferentes formas por meio das quais essa ocorre; e para a literatura sobre as relações militares Brasil-EUA, ao sistematizar dados inéditos.

Palavras-chave: dependência estratégica, forças armadas, Brasil-Estados Unidos.

Abstract: This article analyzes the manifestation of Brazilian strategic dependency in its relations with the United States of America. The article dialogues with the Marxist theory of dependency and extrapolates the predominant discussion in the area – which relates to equipment purchases – with the proposition of five dimensions through which dependency is perpetuated and expanded: bilateral meetings, bilateral agreements, joint military exercises, internships and agreements with military schools, and hiring through Washington offices. The methodology combines the review of specialized literature, news published by institutional websites, and the quantitative and qualitative analysis of data from 2016 to 2022, such as official documents of the Brazilian Executive and Legislative, some of them accessed through the Law of Information Access. A growing military alignment between Brazil and the USA was identified starting in 2016, which unfolds in highly institutionalized ways, such as the agreement regarding the Alcântara Base and the ESG-Perry Center partnership. In this way, the text contributes to the literature on strategic dependence, by signaling different ways it occurs; and to the literature on Brazil-US military relations, by systematizing unpublished data.

Keywords: strategic dependence, armed forces, Brazil-United States.

Resumen: Este artículo analiza la manifestación de la dependencia brasileña en un área específica, la estratégica, y frente a un actor, los Estados Unidos (EEUU). En diálogo con la teoría marxista de la dependencia, la discusión predominante en el campo –que trata de la compra de equipos– fue expandida con la proposición de cinco dimensiones por medio de las cuales se perpetúa y amplía la dependencia: encuentros bilaterales; acuerdos internacionales; ejercicios militares conjuntos; internado y acuerdos de escuelas militares; y contratación a través de las oficinas de Washington. La metodología elegida combina la revisión de literatura es-

pecializada, noticias publicadas por sitios institucionales y el análisis cuantitativo y cualitativo de datos sobre el período de 2016 a 2022, como documentos oficiales del Ejecutivo y Legislativo de Brasil, algunos de ellos accedidos a través de la Ley de Acceso a la Información. Se identificó una creciente alineación militar entre Brasil y EEUU desde 2016, que se desarrolla de manera altamente institucionalizada, como en el acuerdo sobre la Base de Alcântara y en la asociación ESG-Perry Center. De esta forma, el texto contribuye a la literatura sobre la dependencia estratégica, al señalar diferentes formas en que ésta ocurre; y para la literatura sobre las relaciones militares Brasil-Estados Unidos, mediante la sistematización de datos inéditos.

Palabras clave: dependencia estratégica, fuerzas armadas, Brasil-Estados Unidos.

Recebido em: 05/10/2022

Aceito em: 21/07/2023

INTRODUÇÃO[1]

A profissionalização das forças armadas sul-americanas foi conduzida por missões estrangeiras, notadamente da Prússia, França e Estados Unidos da América (EUA) e, dessa maneira, o pensamento militar na região mantém racionalidades e estratégias formuladas externamente (SAINT-PIERRE, 1993). Gradualmente, estabeleceu-se uma relação de dependência estratégica, hoje consolidada, que se expressa na maneira de ver, pensar e vivenciar (se preparar) para a guerra.

A literatura sobre dependência estratégica se dedica particularmente ao estudo das transferências de armamentos e a participação em fóruns multilaterais, com destaque para as Conferências de Ministros de Defesa das Américas (CMDAs) (SAINT-PIERRE, 2013; MATHIAS, FAZIO, 2004). O objetivo deste artigo é identificar outras dimensões através das quais a dependência estratégica do Brasil se expressa diante dos EUA. Sua existência mais discreta não as torna menos danosas para a construção da autonomia estratégica brasileira.

As cinco dimensões discutidas no texto são: reuniões bilaterais de alto nível, acordos bilaterais, exercícios militares conjuntos, estágios e acordos com escolas militares, e contratações através dos escritórios de Washington (EUA)[2]. Essa não é uma seleção exaustiva, e foi feita para privilegiar a análise de aspectos menos discutidos na literatura. Os objetivos específicos são: i) descrever as relações militares Brasil-EUA nas dimensões mencionadas e ii) pontuar algumas das consequências dessa relação de dependência estratégica para o Brasil.

A metodologia escolhida combina a revisão de literatura especializada, notícias veiculadas por websites institucionais, e a análise quantitativa e qualitativa de dados sobre o período de 2016 a 2022, como documentos oficiais do Executivo e Legislativo brasileiro, alguns deles

1 O presente artigo foi realizado com financiamento de bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (Capes), no âmbito do Programa Capes-PrInt, processo nº 88887.310463/2018-00, mobilidade nº 88887.583366/2020-00. Também contou com financiamento de bolsa de estudos pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo 2021/09342-8. As autoras agradecem aos precaristas anônimos, cujas contribuições deixaram o artigo mais claro e preciso.

2 Essas formas de interação entre militares brasileiros e estadunidenses poderiam ser descritas como fenômenos da “diplomacia de defesa” ou da “diplomacia militar”. Estes termos fazem referências às interações não coercitivas entre oficiais militares ou servidores públicos lotados no ministério da defesa e suas contrapartes em países estrangeiros, como o envio de adidos, exercícios, treinamentos conjuntos ou outras ações de cooperação, entendidas como práticas sociais (ALMEIDA SILVA, 2015). Optou-se por não usar o termo porque neste texto busca-se mostrar a assimetria presente em tais interações e as maneiras pelas quais são reforçadas e construídas formas de dependência, o que é negligenciado pela literatura sobre diplomacia de defesa, que tende a ver tais interações como fundadas em relativa horizontalidade e como marcada por diálogo e intercâmbios recíprocos.

CC BY NC SA

acessados por meio da Lei de Acesso à Informação. A escolha dos estadunidenses como parâmetro para a discussão deve-se à assimetria de poder militar entre os dois países. Subsumida no termo cooperação militar, relações de dependência estratégica, e talvez até mesmo de subordinação estratégica, são construídas, perpetuadas e até mesmo ampliadas. O recorte temporal e a escolha do binômio Brasil-EUA são dois dos limites desta pesquisa, pois os dados coletados referem-se apenas ao período e à relação mencionada. Há necessidade de pesquisas futuras quem ampliem o arco temporal analisado, assim como estabeleçam análises comparativas com outros países.

Identificou-se um alinhamento militar crescente entre Brasil e EUA desde 2016, que se desdobra de maneiras altamente institucionalizadas, como no acordo referente à Base de Alcântara e na parceria ESG-Perry Center, ambas analisadas no artigo. Dessa maneira, o texto contribui com a literatura sobre dependência estratégica, ao sinalizar diferentes formas por meio das quais esta é perpetuada e ampliada; e para a literatura sobre as relações militares Brasil-Estados Unidos.

Enfim, para cumprir o objetivo proposto, o texto está dividido em seis seções, para além desta introdução e de algumas considerações finais. A primeira seção, um breve resgate teórico, é seguida por cinco tópicos, cada um deles dedicado a uma das cinco dimensões da dependência selecionadas.

1 A DISCUSSÃO ESTRATÉGICA E A TEORIA DA DEPENDÊNCIA

Para Betts (1997), as relações internacionais pensam as causas e consequências da guerra, mas pouco tomam como objeto a guerra em si. Os estudos estratégicos se interessam pelas três fases, consideradas interdependentes. Enquanto área de pensamento, os estudos estratégicos foram impulsionados pelos EUA e Inglaterra após a Segunda Guerra Mundial, no intuito de proporcionar uma cooperação civil-militar que suprisse as necessidades de desenvolvimento tecnológico.

A discussão sobre dependência estratégica pressupõe uma retomada dos estudos da teoria da dependência, especialmente da vertente marxista, na qual predomina a análise do aspecto econômico/tecnológico da dependência. Em Marini (2008, p.111, tradução livre) a inserção internacional dos países latino-americanos é “entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, por meio da qual as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para garantir a reprodução expandida da dependência”.

CC BY NC SA

Ianni (1974) propõe uma definição abrangente da dependência, em que ilumina os desdobramentos políticos, culturais e militares da subordinação econômica internacional. Este autor define a dependência como uma situação na qual um país subordinado tende ou é levado a adotar políticas econômicas e financeiras demandadas pelos países centrais (IANNI, 1974, p. 132). De acordo com ele, com o tempo, há um transbordamento desta situação para âmbitos extra-econômicos. Essa forma de subordinação mais ampla é denominada "dependência estrutural", uma situação na qual a dependência "tende a permear [...] a sociedade como um todo, comprometendo o pensamento e a ação, nas esferas econômica, política, militar e cultural" (IANNI, 1974, p. 140). Assim, a situação de dependência impacta na tomada de decisões em diversos âmbitos, inclusive o militar, em permanente interação com as dimensões econômica, tecnológica, política e cultural.

Entre autores que discutem a dependência militar brasileira diante dos EUA predominam as formulações aplicadas às áreas de ciência, tecnologia e capacidade produtiva industrial. Silva (2018) identifica como a importação de equipamentos do centro por países de periferia é baseada em empréstimos ou no excedente conseguido com a venda de *commodities*, tendo como consequência a intensificação da dependência financeira. Em outros termos, o centro empresta fundos para que a periferia compre equipamentos do próprio centro, que recebe seus recursos de volta valorizados.

Kaldor (1986) identifica que a "universalização" dos sistemas de armas levou a um processo de reificação da tecnologia enquanto elemento estratégico. Maior quantidade de equipamentos e tecnologias mais avançadas venceriam guerras. Para Proença Jr.

> [...] a falácia de que os armamentos lutam, e mais que lutam, determinam os resultados da luta, está presente de forma marcante no imaginário do que seja a guerra. A espada que tudo corta, o escudo no qual nada penetra; o míssil que vai mais longe, o tiro que nunca erra seu alvo; o deslumbre da velocidade de uma aeronave, da imponência de um grande navio. Chega-se ao ponto em que se aceita, mesmo se espera, uma medida de identidade entre superioridade (de desempenho técnico) de armamentos, ou seja, a promessa tecnológica de tal desempenho, e a expectativa de sucesso no combate, na guerra (o cumprimento bem-sucedido da tarefa da defesa) (2011, p. 175).

Wendt e Barnett (1993) discutem como Estados com poucos recursos para investir em defesa (como os da periferia e semiperiferia, com múltiplas necessidades de desenvolvimento emergenciais) apostam em uma estratégia baseada no investimento intensivo de capitais, algo disponível nos EUA e imprescindível para o desenvolvimento tecnológico deles. Uma leitura estratégica alternativa apresentada pelos autores é baseada na mobilização massiva de cida-

CC BY NC SA

dãos nacionais. Por isso, entende-se que é prioritário identificar como se manifesta a dependência na formulação estratégica, pois é dela que partem as demais.

Em Beaufre (1998), a estratégia é a dialética das vontades que utilizam a força como meio para resolver o conflito entre elas, em que está incluída a ameaça de morte. Entretanto, esse duelo precisa ser territorializado. Nas palavras de Saint-Pierre (2013, p.12):

> Na América Latina, na área especificamente dedicada à segurança internacional, à defesa e à paz, incorporam-se teorias, conceitos e noções de notável infertilidade analítica, explicativa e heurística, de pobre capacidade preditiva, de inconveniente força prescritiva e inconsequente administração operacional (SAINT-PIERRE, 2013, p. 12).

Cervo (2008, p. 13) ressalta que "as teorias carregam consigo valores e veiculam interesses das nações cujos intelectuais as concebem, por mais isentas e objetivas que se apresentem", em diálogo com a produção de Cox (1986, p.87), para quem: "toda teoria é feita para alguém, com algum propósito (...)". Quando uma teoria se apresenta alheia ao contexto no qual foi desenvolvida, é mais importante que seja examinada enquanto ideologia, e que se trabalhe para desvendar suas perspectivas ocultas".

Por isso, este artigo não se dedica à crítica da estratégia dos EUA para si mesmo (embora haja uma tentação nesse sentido), mas à mimetização da estratégia estadunidense de forma acrítica pelo Brasil. Daí a adoção da teoria da dependência aplicada à estratégia, enquanto uma alternativa de pensamento produzida desde o Sul e para o Sul.

A dependência de pensamento estratégico se manifesta na ontologia, na epistemologia[3] e na operacionalização da defesa. Por dependência ontológica entendemos que as próprias noções sobre a natureza da guerra, da defesa, da estratégia e das forças armadas foram formuladas exogenamente. Por dependência epistemológica entendemos a adoção acrítica dos conceitos propostos por pensadores do Norte formulados para resolver problemas do Norte. Por fim, por dependência operacional entendemos a discussão sobre como a defesa deve ser organizada institucionalmente, seus marcos regulatórios e para o que servem as forças armadas.

Penido e Stedile (2021) esclarecem que a subordinação estratégica de alguns países da semiperiferia não ocorreu por uma imposição de força, mas porque as grandes potências, com a concordância das burguesias internas destes países, obtiveram sucesso ao erguer um

3 Os dois termos, retirados da filosofia, significam, no primeiro caso, o estudo das coisas tais como são em si mesmas; e no segundo caso, o estudo dos postulados teóricos e métodos científicos escolhidos dentro da teoria da ciência.

conjunto de crenças/ações com as quais colonizaram o pensamento estratégico na América do Sul, aprofundando a situação de dependência, quais sejam: i) crença de que a absoluta superioridade de meios garante vitórias; ii) fomento ao fetiche da tecnologia na área militar, sob a falsa alegação de que ela trará vitórias ou de que seu uso será dual; iii) imposição de metas orçamentárias a serem gastas com a indústria de defesa incompatíveis com as necessidades de desenvolvimento locais; iv) transformação das forças armadas sul-americanas em forças policiais, empregadas na repressão às classes populares; v) manutenção ou construção de bases militares físicas. A seguir, analisar-se-á algumas dimensões de como a dependência estratégica foi construída, consolidada e ampliada.

2 REUNIÕES BILATERAIS DE ALTO NÍVEL

Na doutrina preparada pelo *Joint Chiefs of Staff* dos EUA, os encontros bilaterais entre ministros, autoridades militares e da área de defesa são entendidos como "cooperação em segurança". Esta é composta por ações em conjunto com forças armadas estrangeiras e que visam à

> [...] construção de relações que ajudam na promoção dos interesses estadunidenses, possibilitam a nações parceiras promover acesso ao território, infraestrutura, informação e recursos; e/ou constroem e empregam capacidades de forma consistente aos objetivos de defesa dos EUA (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p. 11, tradução livre).

O documento aponta que os contatos entre tomadores de decisão na área de defesa e entre os próprios militares são importantes para ampliar o conhecimento mútuo e "facilitar a troca de melhores práticas, o desenvolvimento de conceitos operacionais conjuntos e conduzir discussões de planejamento" (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2017, p. iii-14, tradução livre). Ainda de acordo com o documento doutrinário estadunidense, a cooperação em segurança é uma forma de construir relações com "nações parceiras", com vistas a promover os interesses nacionais dos Estados Unidos. Estas ações devem, portanto, ser alinhadas à Estratégia de Segurança Nacional da potência e aos objetivos de defesa estabelecidos pela administração - tanto em termos gerais, como aqueles específicos à contraparte (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2017, tradução livre). Em suma, o governo dos Estados Unidos entende tais encontros como uma forma de promover e exportar conceitos próprios para outros países. Dessa maneira, a cooperação em segurança com um país que adota uma estratégia ofensiva para com o mundo e que tem inúmeras assimetrias com o Brasil amplia a dependência de formulação estratégica justificada com o argumento da interoperabilidade.

CC BY NC SA

De acordo com a estratégia integrada para o Brasil de 2018, um documento que serve como guia para a Embaixada dos Estados Unidos, a potência tem interesse em aumentar a cooperação em Defesa com o Brasil e a interoperabilidade "doutrinária e estratégica", com vistas a melhorar a "estabilidade regional" (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2018, p. 5, tradução livre). Chama a atenção, neste documento, que Brasil e Estados Unidos são descritos como "parceiros naturais" por serem as maiores democracias e contarem com as maiores forças armadas das Américas (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2018, p. 13, tradução livre). Entretanto, a interoperabilidade e o alinhamento conceitual refletem um processo vertical – os Estados Unidos se reservam o direito de apontar quais são as ameaças a serem combatidas no continente e qual a forma de fazê-lo. Além disso, quando apontam a necessidade de reformas e melhores práticas, estas também viriam na direção Norte-Sul.

A face mais noticiada da subordinação do Brasil aos Estados Unidos após a eleição de Jair Bolsonaro refere-se às reuniões de alto nível – entre presidentes, ministros e outras autoridades. Para além das imagens e declarações de Bolsonaro ao então presidente Trump, as visitas tiveram implicações relevantes na área de Defesa. Na primeira, em março de 2019, foram assinados acordos bilaterais, foi anunciado um novo mecanismo de diálogo, e o presidente estadunidense demonstrou intenção de nomear o Brasil como um aliado extra-Otan, o que ocorreu em julho daquele ano (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2019b). Esta foi uma declaração unilateral dos EUA que reconhece formalmente o alinhamento brasileiro, com reflexos nas regras para a exportação de armamentos estadunidenses, inclusive de materiais sensíveis. Entretanto, a declaração não significa o reconhecimento por parte de outros países da OTAN, tendo consequências mais simbólicas.

Em setembro de 2019, o então ministro das Relações Exteriores brasileiro, Ernesto Araújo, visitou os EUA para inaugurar um novo mecanismo de diálogo periódico em nível ministerial: o Diálogo de Política Estratégica [U.S.-Brazil Strategic Partnership Dialogue]. O mecanismo é organizado segundo três áreas prioritárias: Governança Democrática, Prosperidade Econômica, Segurança e Cooperação em Defesa. Embora o nome do mecanismo seja novo, não é a primeira vez que Brasil e EUA desenvolvem mecanismos semelhantes (PECEQUILO, 2014; RUVALCABA, 2020).

Em 2020, Bolsonaro realizou uma visita à sede do Comando Sul, na Flórida. Bolsonaro foi recebido pelo então comandante, Almirante Craig Faller, e segundo a divisão militar, foi a primeira vez que um presidente brasileiro visitou o Comando (SOUTHCOM PUBLIC AFFAIRS, 2020). A visita é simbolicamente importante, pois expressa como a cooperação em defesa ganhou espaço no âmbito das relações bilaterais e explicita a assimetria entre as partes, dada

CC BY NC SA

a impossibilidade de reciprocidade. Enquanto prática diplomática, não é comum que presidentes, que também costumam ser a autoridade máxima em Defesa dos seus países[4], reúnam-se com representantes de outros países que ocupam cargos hierarquicamente inferiores, especialmente quando em visita no exterior.

Ainda no âmbito das relações presidenciais, após a eleição de Joe Biden, houve um esfriamento das relações entre os mandatários dos dois países. Contudo, os encontros de segundo escalão continuaram a ocorrer, com visitas de lideranças importantes dos EUA ao Brasil. Em 2021, vieram ao Brasil o diretor da CIA, em encontro que foi largamente sigiloso; o Assessor de Segurança Nacional, Jack Sullivan; e o então comandante do Comando Sul, Craig Faller, condecorado pelo Ministério da Defesa (MILANI, 2021). Posteriormente, em 2022, o presidente brasileiro participou da Cúpula das Américas de Los Angeles quando manteve reunião bilateral com Biden (BRASIL, 2022d).

Especificamente sobre as relações militares, existem reuniões anuais conduzidas por representantes das forças armadas dos dois países, intituladas *U.S.-Brazil army-to-army staff talks*. De acordo com o *U.S. Army South*, essas reuniões ocorrem anualmente desde 1984 - ou seja, já existiram mais de 30 rodadas de conversas e negociações. Os encontros servem para planejar a agenda de ações desenvolvidas pelos dois exércitos, incluindo o planejamento de exercícios conjuntos. De acordo com site do Exército dos EUA, o objetivo deste tipo de encontro seria "aumentar os contatos entre os exércitos, o entendimento mútuo e [...] apoiar exércitos de nações parceiras em áreas como modernização ou reforma" (SPARKS, 2020, tradução livre). Esta declaração evidencia um modelo sobre como as forças armadas estrangeiras devem se organizar, baseado na aquisição permanente de armamentos.

Nos últimos anos, foi formado o mecanismo Conversações Estratégicas de Defesa Brasil-Estados Unidos, cuja quarta reunião foi em 2021. As discussões foram divididas nas seguintes áreas: i) segurança regional e cooperação, ii) treinamentos, exercícios e trocas, iii) pesquisa e desenvolvimento, iv) armas e aquisições; v) ciberespaço e espaço sideral. Nas atas das reuniões de 2020 e 2021 é possível perceber que há interesse recíproco em aumentar a cooperação e o engajamento das forças armadas, ainda que as possibilidades dos Estados Unidos sejam – em alguns casos – limitadas pela legislação nacional. Por exemplo, há interesse da Marinha Brasileira em temas nucleares e interesse do Ministério da Defesa em diminuir a burocracia

4 De acordo com a Constituição Federal do Brasil, cabe ao Presidente da República "exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos".

CC BY NC SA

para vendas de armas aos EUA, mas há empecilhos impostos pelo governo e pela legislação dos EUA nos dois casos (BRASIL, 2020b, 2021a)[5].

Nas reuniões de 2020 e 2021, foi discutida ainda a proposta de que o Brasil se torne um parceiro da OTAN para facilitar o intercâmbio em temas como doutrina, construção de capacidades e logística. Na ata de 2020, a delegação brasileira comentou que o tema estava sendo discutido pelo governo e que a decisão não caberia apenas ao Ministério da Defesa. De acordo com a ata da reunião de 2021, havia interesse do Brasil, especialmente da Marinha, nesta parceria (BRASIL, 2020b, 2021a). Nesses encontros, os EUA promovem uma visão sobre como as forças armadas devem se organizar, qual tipo de armamento priorizar, e como deve se estruturar o orçamento militar. De forma geral, percebe-se que os encontros de alto nível são uma constante das relações bilaterais e são uma das maneiras pelas quais os EUA buscam expandir a adesão à sua formulação estratégica, incluindo as formas de organização da estrutura militar.

3 ACORDOS FIRMADOS ENTRE O BRASIL E OS EUA

Acordos bilaterais são uma forma de institucionalizar as relações no âmbito da defesa, protegendo o interesse das partes em temas como proteção intelectual e salvaguardas tecnológicas. Diferente de negociações, declarações conjuntas ou protocolos de intenção emitidas por presidentes, acordos assinados passam obrigatoriamente pela aprovação do Congresso Nacional e passam a fazer parte do arcabouço normativo do país, sendo, portanto, mais gravosos.

Os tratados internacionais costumam ter iniciativa no Poder Executivo, que os envia para a Câmara dos Deputados, e precisam tramitar nas duas casas. Na Câmara dos Deputados, as propostas começam a tramitar pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e, caso passem por essa primeira fase, se tornam uma Proposta de Decreto Legislativo, cuja tramitação segue nas Comissões Pertinentes.

Entre 2016 e 2021, tramitaram no congresso 8 diferentes Projetos de Decreto Legislativo que tratam das relações entre o Brasil e os EUA sintetizados no quadro abaixo.

5 Em um momento no qual o Brasil se alinhava aos EUA, é razoável supor que se esperasse uma contrapartida em termos de venda de armamentos, transferência de tecnologia ou em outras áreas não diretamente relacionadas à Defesa.

CC BY NC SA

Tabela 1: Projetos discutidos no Congresso

Proposição	Tema	Situação
MSC 165/2021 (27/04/2021)	Comércio e Cooperação Econômica	DECRETO LEGISLATIVO
MSC 134/2016 (11/04/2016)	Previdência Social	Transformada no PDC 487/2016
MSC 442/2016 MSC 296/2001 (01/08/2016)	Retirada de tramitação do acordo sobre salvaguardas tecnológicas de 2001	Arquivada
MSC 447/2020 (17/08/2020)	Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E)	DECRETO LEGISLATIVO
MSC 555/2019 (07/11/2019)	Trânsito dos Serviços Aéreos Internacionais	Transformada no PDL 256/2021 Senado
MSC 208/2019 (05/06/2019)	Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara	Transformada no PDL 523/2019
MSC 593/2015 (05/01/2016)	Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior	DECRETO LEGISLATIVO
MSC 338/2016	Transportes Aéreos	

Fonte: elaboração própria com base nos dados públicos do Congresso Nacional.

Importante ressaltar que os EUA contam com uma agenda própria de tratados que pretendem que sejam assinados por "parceiros" e que buscam proteger os interesses nacionais da potência, sendo mandatórios para certos tipos de intercâmbio. O envolvimento brasileiro nestes acordos não é uma exclusividade do governo Bolsonaro, como comprovam o *Defense Cooperation Agreement* e o *General Security of Military Information Agreement* (GSOMIA) entre Brasil e EUA, ambos ratificados em 2015.

Devido à sua relevância para a área de defesa e segurança internacional, o MSC 208/2019 (Alcântara) e o MSC 447/2020 (Acordo RDT&E) serão aqui brevemente analisados.

3.1 MSC 208/2019 – Acordo de Salvaguardas Tecnológicas de Alcântara

O programa espacial brasileiro, dos anos 1970, elencou como desafio dominar o ciclo completo para o lançamento de um satélite, que consiste em desenvolvê-lo e conseguir colocá-lo autonomamente em órbita. O programa sofreu restrições estadunidenses, em particular quanto ao acesso à tecnologia. O Acordo de Salvaguardas Tecnológicas (ACS) sobre o Centro

CC BY NC SA

de Lançamentos de Alcântara (CLA) circulou na Câmara dos Deputados desde 2001[6], mas apenas em 2017 (governo Michel Temer) ganhou celeridade na tramitação.

O CLA tem muitas vantagens quando comparado a outros centros ao redor do globo. Leão (2018, p.14), em concordância com a própria Força Aérea Brasileira, apresenta uma matriz SWOT para o CLA em as vantagens naturais ficam evidentes diante das limitações político-orçamentárias.

Tabela 2: Matriz SWOT do CLA*

Forças	**Fraquezas**
Localização próxima à Linha do Equador. Mais segurança para a realização de lançamentos em uma ampla faixa de azimutes**. Maior capacidade de satelização***. Baixa densidade populacional na região. Condições climáticas favoráveis.	Dificuldade em acessar e desenvolver tecnologias espaciais. Baixo orçamento destinado ao programa espacial nacional. Pouco interesse da opinião pública nacional frente ao programa espacial. Falta de parcerias com o setor privado.
Oportunidades	**Ameaças**
Projetos de cooperação com outros países e organismos internacionais. Crescente mercado de microssatélites. Potencial de comercialização do CLA. Geração de empregos diretos e indiretos.	Dificuldades para aprovação de projetos de cooperação no Congresso Nacional. Linha tênue entre comercialização do CLA e manutenção da soberania nacional. Possíveis interferências estrangeiras dificultando o desenvolvimento de tecnologia nacional. Questões fundiárias na região de Alcântara.

Fonte: Força Aérea Brasileira (FAB), 2017.

Notas: * Ainda que o quadro apresente a matriz SWOT referente ao CLA, foi realizada uma análise do PEB como um todo, de modo que muitos dos elementos apontados nos quadrantes da matriz representam a realidade, também do CLB, da Agência Espacial Brasileira e da própria Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

** Azimute é uma medida de abertura angular horizontal, definida em graus. Varia entre 0 e 360, tal medida é realizada em 4 quadrantes, em sentido horário.

*** Por maior satelização entende-se um aumento na massa satelizável, ou seja, que pode ser colocada em órbita.

6 Importante lembrar que, em 2003, 21 brasileiros foram vítimas de um acidente em Alcântara, junto com dois satélites e a estrutura do veículo lançador que os colocaria em órbita.

CC BY NC SA

Essa matriz não é desconhecida pelos EUA quando estes negociam o ACS. Os estadunidenses têm um duplo objetivo com o acordo:

> a) aumentar significativamente a proteção daqueles itens classificados como tecnologias sensíveis – justamente os que fornecem aos EUA vantagens relevantes no âmbito militar ou de inteligência – quando eles se encontrarem fora de seu território; b) aumentar a competitividade da base industrial dos EUA por meio de barreiras erguidas em outros países contra competidores externos (BOJIKIAN, MARIANO, THOMAZ, 2022, p.11).

Nas palavras do deputado Waldir Pires (BRASIL, 2001), relator no Congresso durante a primeira tramitação, as salvaguardas são políticas, não tecnológicas. O governo Bolsonaro[7], por sua vez, apresentou quatro argumentos para defender o ACS: ativação econômica da base, bastante subutilizada; conseguir novos investimentos para o programa espacial; o quanto o mercado de lançamentos é promissor; e a hegemonia estadunidense sobre o mercado de tecnologia aeroespacial (80%). Dessa maneira, desconsiderou o alerta feito por Crawford (1986) ao observar o mercado espacial dos EUA como um setor contrário ao livre mercado. Segundo Bojikian, Mariano e Thomaz (2022, p.9), essa área industrial não se pauta pelas necessidades de transporte espacial comercial, mas pelas necessidades militares do Estado, que atua no "fomento à pesquisa e desenvolvimento; financiamento aos investimentos; compras governamentais de produtos e serviços das empresas privadas norte-americanas; e por meio de diferentes iniciativas para mitigar os riscos". As autoras ressaltam ainda que os riscos no setor espacial têm relação não apenas com o descumprimento de normas, mas também com o seu devido cumprimento, pois um conjunto de regimes regulatórios internacionais (como o ITAR, sobre o Tráfico Internacional de Armas) impacta no tema.

Mudou também a estratégia para a aprovação do acordo, que foi dividido em fases, em que os temas mais polêmicos – impactos sobre a população quilombola no local (a anteriormente impactada e a potencialmente atingida no futuro), e limitações à autonomia tecnológica (camufladas por cláusulas comerciais de propriedade intelectual) – foram discutidos em um o segundo momento. Em resumo, no acordo, o Brasil é o centro dos lançamentos. Caso um país x queira lançar um satélite de Alcântara, como o Brasil não fabrica lançadores, contrataria um país y para lançar, desde o Brasil, o satélite do país x. O Brasil e o país y dividiriam os lucros (BRASIL, 2019a).

7 Os argumentos foram apresentados em diversas audiências no Congresso, na fundamentação de motivos apresentada pelo governo federal e nos pareceres favoráveis à aprovação. Em virtude das limitações de espaço e para evitar a repetição dos argumentos, são apresentados de forma agrupada neste artigo.

CC BY NC SA

As críticas levantadas ao acordo são muitas, e aqui sumariamente sintetizadas. Em primeiro lugar, dizem respeito à existência de um centro de lançamento na Guiana Francesa, usado pelos europeus; e aos próprios centros dos EUA. Nos dois casos, a vantagem geográfica de Alcântara (menor quantidade de combustível necessário para colocar um satélite em órbita) cai por terra, e assim seu trunfo comercial. O acordo prevê quais países podem fazer lançamentos do Brasil (os signatários do MCTR – Regime de Controle de Mísseis) e aqueles que não podem (objeto de sanções do Conselho de Segurança da ONU), ou seja, os EUA impõem limites às parcerias estratégicas brasileiras para o local. A China, que não é signatária do MCTR, por exemplo, não poderá fazer lançamentos, mesmo tendo parcerias com o Brasil na área de produção de satélites desde 1988.

Uma segunda crítica é a existência de áreas restritas para a circulação de pessoas autorizadas pelos EUA. Existe o temor de que as áreas arrendadas para empresas, ou os próprios veículos lançadores, possam ser utilizados com fins bélicos. Mesmo satélites pretensamente desarmados poderiam ter suas informações coletadas e empregadas com fins militares. A fiscalização do que entra no território nacional seria feita através de documentos. Caso o objeto a ser lançado ofereça perigo humano ou ambiental (como material radioativo), o Brasil deverá ser informado. O governo dos EUA pode fazer fiscalizações de surpresa na área.

A terceira questão são os impactos negativos que a implantação de grandes projetos essencialmente internacionais costuma trazer para áreas de baixo desenvolvimento regional. Mesmo os empregos gerados tendem a ser de baixa qualificação, como em serviços de limpeza ou construção civil. As informações divulgadas pelo governo e jornalistas quanto à necessidade de novas remoções de 800 famílias moradoras de comunidades quilombolas foram conflitantes. A polêmica gerou impactos no Congresso dos EUA, que discutiu uma emenda ao *Defense Authorization Act for Fiscal Year*, com o conteúdo:

> Nenhum fundo federal pode ser obrigado a fornecer qualquer assistência ou cooperação de segurança dos Estados Unidos às forças de defesa, segurança ou policiais do Governo do Brasil para realocação involuntária, incluindo por meio de coerção, ou do uso da força, das comunidades indígenas e quilombolas no Brasil (HR 6395, sec. 1290 - apud THOMAZ, VIGEVANI, FERREIRA, 2021, p.211).

Uma quarta questão são as restrições para o investimento dos recursos que eventualmente entrassem, pois o acordo veta a aplicação desses novos recursos na produção de um veículo lançador autóctone. As contrapartes do acordo são absolutamente assimétricas, mas algumas exigências são comuns. Por exemplo, o Brasil se compromete a não espionar o programa espacial estadunidense, e os EUA fizeram o mesmo compromisso. “Dessa maneira, o

CC BY NC SA

desenvolvimento dos veículos lançadores de satélites não dependerá somente de iniciativas brasileiras (...) mas, imprescindivelmente, do aceite dos EUA" (BOJIKIAN, MARIANO, FERREIRA, 2022, p.15). Por fim, o processo decisório foi falho, com baixa participação da sociedade civil, mesmo maranhense.

O acordo foi aprovado na Câmara Federal em 22/10/2019, pelo Senado em 20/11/2019, e promulgado pelo governo Federal como Decreto 10.220 em 05/02/2020 (BRASIL, 2020e). Segundo a Força Aérea Brasileira, mais de 500 lançamentos já ocorreram na base. Após a assinatura do Decreto, o primeiro lançamento comercial ocorreu em 20/03/2023. Foi lançado o foguete sul-coreano HANBIT-TLV, da empresa Innospace, contendo carga produzida no Brasil (AGÊNCIA BRASIL, 2023).

Silva e Gonçalves (2022, p.450) indicam que a recente aprovação, quando comparada ao veto existente durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), decorre das mudanças no cenário internacional e doméstico, uma vez que os argumentos mobilizados a favor e contra a assinatura do Acordo seguiram basicamente os mesmos. O governo FHC foi marcado por um contexto internacional de baixo interesse imediato dos EUA, influência do então presidente Clinton, e desinteresse no desenvolvimento da indústria espacial brasileira; no âmbito doméstico, existiam muitos atores e preferências contra o AST, acusações de falta de transparência e o acordo era visto como uma oportunidade para estreitar relações. Por sua vez, durante o governo Bolsonaro, no âmbito internacional existia proximidade com o então presidente dos EUA – Trump – e a avaliação da manutenção da hegemonia estadunidense no setor especial; domesticamente, predominava um contexto político com alto nível de politização e forte oposição, ocorreu uma consulta pública e o acordo foi escolhido como símbolo de alinhamento numa relação considerada prioritária por Bolsonaro.

Não é possível avaliar se as potencialidades apontadas pelo governo quando o ACS foi assinado se confirmarão, pois tratam-se de promessas de futuro, como aquela que indica o aumento de recursos orçamentários para investimentos aeroespaciais.

3.2 MSC 447/2020 – Acordo RDT&E

O RDT&E reivindica o arcabouço do *Defense Cooperation Agreement*, assinado em 2010 pelos governos Lula da Silva e Barack Obama, e ratificado em 2015 por Dilma Rousseff. Reconhece enquanto um objetivo perseguir "os benefícios a serem obtidos com a padronização, a racionalização e a interoperabilidade de equipamentos militares" (BRASIL, 2020a). Dada a assimetria entre Brasil e EUA, a interoperabilidade de equipamentos entre os dois países pode

CC BY NC SA

ser entendida, na realidade, como a organização da defesa brasileira de maneira complementar à estadunidense, como nos marcos da Guerra Fria, ou nas palavras de Thomaz, Vigevani e Ferreira (2021), "o desenvolvimento da indústria militar brasileira estaria sujeito à sua inclusão na cadeia produtiva norte-americana". No acordo, as duas partes têm o mesmo voto, portanto é reconhecida a paridade jurídico-institucional dos Estados. Entretanto, a assimetria entre as partes coaduna com o argumento geral deste texto, de que o RDT&E amplia a dependência.

O acordo não prevê contrapartidas financeiras por parte dos Estados. Na realidade, ele funciona como um grande marco geral normativo capaz de abrigar (e ditar as regras) diferentes projetos na área de defesa a serem construídos entre os dois países. O acordo contém uma minuta que trata de temas como informações controladas, transferências de materiais e equipamentos, obrigações financeiras e responsabilidades de cada uma das partes. Resultados produzidos no escopo do acordo só podem ser usados com outras finalidades ou vendidos/exportados com o consentimento prévio da outra parte. Disputas entre as partes não serão judicializadas em tribunais nacionais ou internacionais.

Segundo Barbieri (2020), o acordo não envolve transferência de tecnologias críticas para o Brasil. Para extraírem benefícios da inserção na cadeia global de valor de tecnologia militar, as empresas brasileiras devem demonstrar capacidade prévia (DEUTSCHE WELLE, 2020). Para Zero (2020), o "RDT&E representaria uma renúncia ao desenvolvimento tecnológico relativamente autônomo e uma aposta numa relação de dependência econômica e tecnológica com os EUA para o seu reaparelhamento".

4 EXERCÍCIOS CONJUNTOS BRASIL E EUA

Além dos acordos internacionais, outra forma de institucionalização das relações militares – com impactos doutrinários e operacionais – são os exercícios conjuntos. Assim como os contatos entre lideranças na área de defesa, os exercícios conjuntos são abordados pela doutrina elaborada pelo *Joint Chiefs of Staff* como parte das ações de cooperação em segurança. Existe um planejamento do Departamento de Defesa para que os exercícios conjuntos estejam alinhados à estratégia nacional e correspondam às percepções de ameaças dos EUA. Neste sentido, especialmente nos exercícios coordenados e financiados pelo Comando Sul, as prioridades e ameaças identificadas nos cenários de treinamento são definidas pela potência, tendo em vista seus próprios objetivos de defesa. Atualmente, as percepções de ameaça por parte dos EUA envolvem insurgência, terrorismo, crime organizado e a rivalidade com China e Rússia (MILANI, 2021b; THE UNITED STATES OF AMERICA, 2019a; FEIX, WIETCHIKOSKI, 2022). Assim,

CC BY NC SA

os exercícios são uma forma dos Estados Unidos difundirem noções sobre quais são as ameaças a serem combatidas e como fazê-lo, reforçando a dependência na formulação estratégica, especialmente em sua vertente operacional. Nos exercícios, militares brasileiros entram em contato com equipamento estadunidense, o que gera amplia requisições de compras.

As lideranças do Comando Sul recorrentemente informam que construir "parcerias" com os militares sul-americanos é importante para atingir seus objetivos, e os exercícios conjuntos são uma forma de construir tais relações (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2019a, 2022). De acordo com o professor do U.S. *Army War College Strategic Studies Institute*, R. Evan Ellis (2019, p. 29, tradução livre), "fazendo algo para (ou com) o parceiro, os militares dos EUA esperam que o parceiro se comporte de uma forma desejada". Além disso, são uma oportunidade para que as grandes potências possam reconhecer outros terrenos, entendendo a geografia local e desenvolvendo capacidades de combate (ELLIS, 2019).

Desde os anos 1960, o Comando Sul dos Estados Unidos coordena e financia exercícios militares multilaterais na América Latina, realizados de forma periódica. O mais antigo dos exercícios coordenados pelo Comando Sul é denominado UNITAS, foi criado em 1960 e tem as Marinhas como protagonistas. Inicialmente, o exercício era justificado como necessário para proteger as linhas de comunicação no Atlântico Sul e no sudeste do Pacífico no contexto da Guerra Fria (HAYES, 1995). O fim da disputa entre EUA e URSS, contudo, não significou a descontinuidade dos treinamentos. Mais recentemente, em 2003, foi criado o exercício *Panamax* com o objetivo de defender o canal do Panamá. O terceiro exercício que se destaca é o *Tradewinds*, com foco em defesa e segurança da América Central.

A partir de notícias veiculadas pelo site do Comando Sul, cruzadas com notícias do Ministério da Defesa e do Congresso Nacional brasileiro, contabilizou-se quinze exercícios militares com a participação do Brasil e dos Estados Unidos entre 2016 e 2022.

CC BY NC SA

Tabela 3: exercícios militares Brasil e EUA (2016-2022)

Data	Nome	O que é	Fonte
ago/2016	Panamax	Exercício multilateral coordenado pelo Comando Sul e criado em 2003	SOUTHCOM (2016)
nov/2017	AmazonLog	Exercício Multinacional Interagências de Logística Humanitária	Ministério da Defesa
jul/ago 2018	Panamax	Exercício multilateral coordenado pelo Comando Sul e criado em 2003	SOUTHCOM 2018
nov. /2018	Cruzeiro do Sul Exercise (CRUZEX)	Exercício operacional multilateral promovido pela Força Aérea Brasileira desde 2002	SOUTHCOM 2018 CREDN 2018
jun./ jul./2019	UNITAS LX (60)	Exercício multilateral coordenado pelo Comando Sul, a primeira edição ocorreu em 1960	SOUTHCOM 2019
out./2020	Passing exercise (PASSEX)	Exercício entre navio brasileiro e dos EUA	SOUTHCOM 2020 MARINHA DO BRASIL
nov./2020	UNITAS	Exercício multilateral coordenado pelo Comando Sul, a primeira edição ocorreu em 1960	SOUTHCOM
fev./2021	Operation Culminating	Exercício bilateral, parte de plano de ação de conjunto dos Exércitos brasileiro e estadunidense	DIALOGO AMERICAS
out./2021	UNITAS	Exercício multilateral coordenado pelo Comando Sul, a primeira edição ocorreu em 1960	SOUTHCOM
nov./2021	Operação Dragão	Exercício naval brasileiro	SOUTHCOM
dez./2021	Southerm Vanguard 22	Exercício bilateral, parte de plano de ação de conjunto dos Exércitos brasileiro e estadunidense	SOUTHCOM
maio/2022	Tradewinds 2022	Exercício combinado e conjunto coordenado pelo Comando sul	SOUTHCOM
ago/2022	Operação Formosa	Exercício das forças armadas brasileiras que contou com participação de fuzileiros navais dos EUA	Marinha do Brasil
ago/2022	CORE 2022	Exercício bilateral, parte de plano de ação de conjunto dos Exércitos brasileiro e estadunidense	SOUTHCOM
ago/2022	TAPIO	Exercício brasileiro com participação da Guarda Nacional de Nova York	SOUTHCOM

Fonte: elaboração própria

Durante o período analisado neste artigo, o Brasil participou de edições do *Panamax* (em 2016 e 2018), do Unitas (2019, 2020, 2021) e do *Tradewinds* (2022). Interessante notar que o Brasil tem se envolvido também em exercícios que têm como foco a América Central e o Caribe. Essas regiões são vistas como área de influência e de interesse nacional dos Estados Unidos, mas a explicação sobre o porquê tais áreas serem consideradas estratégicas para o Brasil é menos clara, uma vez que os documentos de defesa brasileiros não abrangem esses territórios como parte do entorno estratégico do país.

CC BY NC SA

Contudo, a maior novidade do período foram os exercícios realizados de forma bilateral ou por iniciativa brasileira. Em 2017, ainda durante o governo interino de Michel Temer, militares dos Estados Unidos, Brasil, Colômbia e Peru participaram de um exercício na cidade de Tabatinga, na tríplice fronteira entre os três países sul-americanos. O exercício foi conduzido pelo Comando de Logística do Exército Brasileiro e foi definido pelo Ministério da Defesa Brasileiro como sendo um treinamento de "Logística Humanitária". Chama a atenção, neste caso, a realização do exercício na Amazônia, região que costuma ser vista como objeto de "cobiça internacional" pelos militares brasileiros. Ademais, houve incorporação da retórica estadunidense, que definia a conjuntura na Venezuela - cuja fronteira situa-se relativamente próxima ao local do exercício - como de "crise humanitária" (BRASIL, 2017).

No ano seguinte, 2018, outro exercício militar conduzido pelo Brasil contou com a participação de militares dos EUA, o *Cruzeiro do Sul Exercise* (CRUZEX). Este é um treinamento multilateral, conduzido pela Força Aérea Brasileira de forma recorrente, porém sem periodicidade fixa. De acordo com notícia veiculada pelo site da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN), desde 2003 foram realizadas sete edições do exercício. Os Estados Unidos não participaram das primeiras edições, mas estiveram presentes em todas que ocorreram a partir de 2010. Nas edições de 2002 à 2008, o exercício contou com a participação exclusiva da França e de países sul-americanos. Em 2018, o treinamento foi conduzido tendo como cenário uma situação de guerra irregular, o que foi justificado como sendo uma situação recorrente em missões de paz da ONU (BRASIL, 2018). Em 2020, ocorreu um exercício breve, um encontro entre navios do Brasil e dos Estados Unidos no Caribe.

Em 2021, os exércitos brasileiros e estadunidense conduziram dois exercícios bilaterais, o primeiro em Fort Polk, Louisiana[8], e o segundo no Sudeste brasileiro, através das cidades de Resende (RJ) e Lorena (SP). De acordo com o site do Ministério da Defesa existe a previsão de que exercícios semelhantes ocorram periodicamente até 2028 (BRASIL, 2021c). Essa situação mostrou uma maior abertura por parte do governo brasileiro em aceitar a presença dos militares estadunidenses no território nacional, sem maior debate público ou participação do Congresso. O exercício foi planejado em rodadas de encontros bilaterais lideradas pelos próprios exércitos e os mesmos justificam que não há necessidade de tramitação no Legislativo, pois a realização de treinamentos é prevista pelo *Defense Cooperation Agreement* de 2015 (MOURY, 2021; TAECKENS, 2021).

8 Conforme noticiado pela mídia à época, o Brasil enviou um cargueiro, modelo KC-390, para este exercício nos Estados Unidos, apesar da alta e urgente demanda por transporte de material hospitalar e cilindros de oxigênio para Manaus durante a pandemia de COVID-19. O transporte desse material vinha sendo realizada em parte pelo Exército Brasileiro.

CC BY NC SA

As informações sobre o exercício no Sudeste brasileiro são escassas - não se sabe qual era o cenário de guerra que guiava o treinamento ou quais ameaças e riscos potenciais buscava-se preparar para o combate. Tendo em vista que se trata de uma região densamente povoada e distante das fronteiras, especula-se que o treinamento pode ter como foco o combate à percebidos "inimigos internos" dentro de cidades.

Em 2022, houve continuidade da aproximação no âmbito dos treinamentos militares. Em agosto, dois episódios merecem destaque: o Brasil novamente enviou militares para exercício em Folt Pork, nos Estados Unidos, no âmbito do acordo que prevê treinamentos até 2028 (SPARKS, 2022). Ademais, um exercício liderado pela Marinha Brasileira e realizado próximo à Brasília contou com a presença de fuzileiros navais dos EUA (BRASIL, 2022b). Ainda em agosto, integrantes da Guarda Nacional de Nova Iorque participaram de exercício conduzido pela Força Aérea Brasileira em Campo Grande (O'HAGAN, 2022).

5 AS ESCOLAS MILITARES E ACORDOS DE COOPERAÇÃO BILATERAL PARA "EDUCAÇÃO" EM DEFESA

Escolas militares têm papel fundamental na auto reprodução simbólica das forças armadas. Entre suas funções, está a transmissão e universalização de valores, crenças, procedimentos, doutrinas e sentimentos. Nestes espaços especializados, importantes percepções de problemas, ameaças e soluções são planejadamente construídos, ensinados e incorporados por esses agentes (KALIL, MEI, SILVEIRA, 2021; PENIDO, 2015). Sabendo dessa importância na formação da mentalidade militar, e a fim de torná-los parceiros em seus interesses particulares, desde a Segunda Guerra Mundial, os EUA elaboram e financiam amplos mecanismos para influenciar a formação educacional em defesa na América Latina, dos aspectos doutrinários aos operacionais. Criam e financiam escolas específicas para os militares latino-americanos, estabelecem acordos de cooperação com os países da região a fim de formar oficiais dos seus altos comandos nas tradicionais escolas nos EUA, ou mesmo estabelecem o que denominam de parcerias/cooperação entre as suas instituições educacionais militares e homônimas da região (VIDAL, WIETCHIKOSKI, 2022).

Como colocou em 2019 o então comandante do SOUTHCOM, o general Craig Faller, o objetivo dessa formação é ter militares latino-americanos preparados e dispostos a atuar nos desafios que os EUA identificam:

CC BY NC SA

> […] os programas de assistência em segurança do Departamento de Estado – como o IMET [Treinamento e Educação Militar Internacional] [...] – são divisores de água estratégicos. Desde 2009, IMET promoveu oportunidades para que mais de 55.000 estudantes da região atendessem cursos em escolas como o Western Hemisphere Institute for Security Cooperation (WHINSEC), a Inter-American Air Force Academy (IAAFA), e o Inter-American Defense College (IADC). Estes números não representam apenas números em uma sala de aula. Eles representam **relações de longo prazo com futuros líderes que confiam em nós, entendem nossa cultura e nossa doutrina e estão preparados para trabalhar conosco em uma gama de desafios** (FALLER, 2019, tradução livre, destaque nosso).

O Brasil participa dessas iniciativas desde a sua origem. Por exemplo, no *US Army Command and General Staff College* (Escola voltada à formação de oficiais do Exército dos EUA) 321 oficiais do Exército Brasileiro foram formados nos cursos de altos comandos desde 1943 (DEFESA EM FOCO, 2022). Outro exemplo é o chamado intercâmbio estratégico de longo prazo entre o U.S. Army War College e a Escola de Comando e Estado Maior do Exército do Brasil (ECEME). Formalizada em 1981 e desde então realizada anualmente, esta atividade tem como finalidade "promover o diálogo entre escolas militares de alto nível do Exército Brasileiro e dos Estados Unidos (BRASIL, 2021b)". Entre as ações desse "intercâmbio", está a realização de minicursos elaborados pelos comandantes estadunidenses através dos documentos de defesa daquele país e ministrados aos oficiais brasileiros na ECEME (BRASIL, 2021b).

Outro mecanismo intensamente utilizado pelos EUA são os autodenominados centros educacionais, voltados especificamente para agentes de defesa de toda a América Latina, como é o caso da *School of the Americas* (SOA, sigla em inglês), inaugurada em 1963 (VIDAL, WIETCHIKOSKI, 2022). Calcula-se que por essa escola passaram mais de 100 mil militares da região até 2001, quando a instituição foi fechada após denúncias de que seu currículo mantinha disciplinas voltadas ao ensino de tortura. Meses depois, no mesmo local e com os mesmos professores, a escola foi reaberta com o nome de Whinsec (GILL, 2004).

Com a criação de Ministérios da Defesa nos países da região, os Estados Unidos também têm incluído agentes civis destes ministérios nas formações. Em 1997, o Departamento de Defesa dos EUA criou um novo centro, pensado pós ditaduras latino-americanas, o *William Perry Center (Perry Center)* (HAYES, 2018). Inaugurado com o objetivo específico de orientar a condução das ações dos Ministérios da Defesa da América Latina de acordo com os interesses estadunidenses (HAYES, 2018), esta instituição atualmente tem papel fundamental nas atividades de manutenção da dependência estratégica dos países latino-americanos em assuntos de defesa. Administrado e subordinado ao *Southcom*, é um centro cujo conteúdo "educacional" está exclusivamente baseado nos documentos de defesa e segurança estadunidenses

CC BY NC SA

(VIDAL, WIETCHIKOSKI, 2022). Devido a constante presença do *Perry Center* no meio das elites militares e civis voltadas à defesa no Brasil ao longo dos últimos anos, ele será analisado detidamente a seguir.

Desde a sua criação, elites acadêmicas brasileiras, especialmente professores das escolas voltadas à formação do alto comando das forças armadas e das universidades públicas, têm participado das atividades do *Perry Center*, estudando sistematicamente conceitos, ameaças e estratégias daquele país. Nos últimos anos, militares e civis do Ministério da Defesa também passaram a ser educados nessa ou por essa escola. Atualmente, o centro é definido por brasileiros que estudam e produzem intelectualmente sobre segurança e defesa como espaço de grande prestígio e de relevante contribuição às suas formações educacionais. Um exemplo desta construção de autoridade em defesa é a Rede Maria Quitéria. Formada em 2021 por ex-alunos do *Perry Center*, hoje tem como uma de suas parceiras o próprio centro e atua, por exemplo, na produção de estudos e pesquisas em defesa, bem como busca "prestar apoio à formulação de políticas públicas voltadas para a inserção internacional e soberana do Brasil" (REDE MARIA QUITÉRIA, 2022).

Em meio ao contínuo fluxo de acadêmicos brasileiros nos cursos dentro e fora da sede do *Perry Center,* desde 2019, a assinatura de um memorando de entendimento entre o centro e uma das escolas vinculadas ao Ministério da Defesa do Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG), tem organizado atividades para civis e militares brasileiros. O Perry Center recebe professores da ESG em sua sede em Washington para cursos que podem chegar a 24 meses, bem como realiza regularmente atividades e cursos na instituição brasileira (BRASIL, 2022a; PERRY CENTER, 2022). Entre 2016 e 2021, 21 integrantes do alto escalão da ESG realizaram cursos no Perry Center, sendo 10 na modalidade virtual (em razão da pandemia do COVID-19) e 11 na modalidade presencial (BRASIL, 2022a). Também participam das atividades as principais escolas de formação de altos oficiais vinculadas a cada uma das três forças (Escola de Guerra Naval, Universidade da Força Aérea e Escola de Comando e Estado Maior do Exército), bem como funcionários do Ministério da Defesa do Brasil, além de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), do Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA) e da própria Presidência da República (DEFESANET, 2019).

Apesar do memorando citar que "o objetivo do intercâmbio e da cooperação (...) é facilitar a possível cooperação entre o WJPC (*Perry Center*) e a ESG em interesses comuns relacionados à Segurança e Defesa" e que "qualquer atividade dos participantes deve ser realizada com base no respeito, igualdade e benefício mútuos" (BRASIL, 2022a), o que se observa é que estes são cursos para formação e incorporação dos conceitos de segurança elaboradas pelos

CC BY NC SA

documentos de defesa estadunidenses pelos brasileiros. Exemplo é seminário realizado em 2019 intitulado "Combatendo ameaças transnacionais". Na ocasião, participaram como anfitriãs a ESG, a EGN e a ECEME. O seminário teve como temas centrais a agenda estadunidense para a região: "contraterrorismo", "financiamento do terrorismo", "combate a narcóticos", segurança integrada" e "cooperação interinstitucional e internacional" e era voltado "a gestão da segurança integrada e à cooperação interagências" (BRASIL, 2019b), ou seja, para promover a interoperabilidade entre agências estadunidenses e brasileiras para a resolução conjunta dos problemas que os EUA entendem como pertinentes. Dessa maneira, o que se observa é que a cooperação e parceria não se processam na construção da estratégia, mas sim na recepção e incorporação dos valores, conceitos e propostas estadunidenses. Seminários como esse ocorreram ao longo de 2020, 2021 e 2022 (DEFESA EM FOCO, 2020, 2022; BRASIL, 2021d).

Outro produto importante da parceria ESG-*Perry Center* são os cursos voltados à "capacitação" dos agentes de defesa brasileiros na implementação da metodologia "Planejamento Baseado em Capacidades" a partir do modelo estadunidense desde 2019. Conforme afirma Carlos Magno de Carvalho Corrêa:

> Os relatórios de reuniões realizadas no nível setorial apontam que, visando a elaboração de uma metodologia de PBC [Planejamento Baseado em Capacidades] adequada à realidade do setor de Defesa brasileiro, foi constituído um grupo de trabalho integrado por representantes do EMCFA [Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas] e das Forças Armadas. No mesmo sentido, foram realizados cursos sobre capacitação por intermédio de convênio com o William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies, centro de estudos ligado à National Defense University (NDU), dos Estados Unidos da América (CORREA, 2020, p. 38).

Por fim, a recém criada Escola Superior de Defesa (2021) também tem se envolvido com as atividades do Perry Center, através de seminários ministrados por professores do centro ou do envio de docentes para formação na sede do *Perry Center* (TWITTER, 2022A, 2022b).

6 COMISSÕES MILITARES BRASILEIRAS EM WASHINGTON

Existem três principais comissões que representam as forças armadas brasileiras nos Estados Unidos, correspondendo a representações da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Oficialmente, suas principais atividades são relacionadas à aquisição de armamentos e de serviços, incluindo treinamento. Estas comissões têm sede própria, são por vezes referidas como escritórios das forças armadas brasileiras em Washington, e estão em constante articulação e envolvimento com militares e com o Departamento de Defesa dos EUA.

CC BY NC SA

As comissões não são uma criação recente. Suas origens remetem ao final da década de 1930 e, sobretudo, ao decorrer da Segunda Guerra Mundial, quando o Brasil buscou nos EUA a modernização de suas forças armadas[9]. Tendo como atividade central a gerência de negociações, transações e procedimentos comerciais relacionados a compra de equipamentos de defesa naquele país, atualmente são os únicos órgãos brasileiros deste tipo no exterior. Além das comissões, outras unidades permanentes das forças armadas brasileiras em Washington são: a Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID), a adidância militar de cada uma das forças junto a embaixada do Brasil, e a participação no Colégio Interamericano de Defesa (CID). Dessa maneira, a representação brasileira nos EUA é muito superior a em qualquer outro país.

A título de exemplo, apresentamos algumas formas de atuação da Comissão do Exército Brasileiro (CBEW) que contribuem para a manutenção da dependência doutrinária e operacional brasileira. Essa representação foi fundada em 1942 com o nome de Missão Militar Brasileira nos Estados Unidos da América, posteriormente Comissão Militar Brasileira (1948). A partir de 1984, passou a se chamar Comissão do Exército Brasileiro em Washington (CEBW), denominação que permanece até o período contemporâneo (BRASIL, 1984). Trata-se, portanto, de uma instituição de longa data.

A CBEW tem entre suas atividades desenvolver os contratos sob o guarda-chuva do programa Foreign Military Sales[10] (Vendas Militares ao Exterior) do Departamento de Defesa. Este programa é enquadrado como assistência em segurança pelos estadunidenses e regulamentado por legislação específica[11], de forma a corresponder aos interesses deles. A comissão é descrita pela legislação nacional brasileira como uma unidade gestora subordinada ao Comandante do Exército, por intermédio do seu Gabinete. Sua finalidade atual é "executar os procedimentos relativos à aquisição no exterior e à remessa para o Brasil de bens ou serviços [...] bem como o recebimento e a gestão dos recursos do Exército no exterior" (BRASIL, 2022c).

Também tem a atribuição de "promover, junto às autoridades norte-americanas, os entendimentos necessários ao desempenho de suas funções", o que envolve, em termos práticos, encontros públicos e privados com autoridades estadunidenses, tais como eventos em

9 A Comissão Naval Brasileira em Washington -1937; Comissão Aeronáutica Brasileira em Washington – 1941 e; Comissão Brasileira do Exército em Washington, 1940.

10 De acordo com a doutrina das forças armadas dos EUA, "FMS [Vendas Militares ao Exterior] referem-se à venda de artigos de defesa, treinamento militar e serviços relacionados a defesa para governos estrangeiros elegíveis ou organizações internacionais. A maioria dos casos de FMS são pagos com fundos nacionais das nações parceiras" (JOINT CHIEFS OF STAFF, 2017, tradução livre).

11 A assistência em segurança é regulamentada pelo Título 22 do Código dos Estados Unidos. Ver: https://usco-de.house.gov/view.xhtml?path=/prelim@title22&edition=prelim.

embaixadas ou envolvendo suas contrapartes militares. Ela também é autorizada a divulgar o MD e o Brasil no Exterior e desenvolver atividades em conjunto com o Programa de Assistência em Segurança do Departamento de Defesa (BRASIL, 2022c). Portanto, é uma instituição que também possui uma função política, sendo uma das responsáveis por promover as relações militares Brasil-EUA. O chefe da CEBW acumula a função de adido do Exército na embaixada do Brasil em Washington.

Chama a atenção a existência de uma Comissão voltada à compra de armamentos com sede em Washington e que tem o Programa *Foreign Military* Sales como um de seus focos de atuação. Esta situação mostra que, institucionalmente, existe uma predisposição – consolidada na representação do Exército Brasileiro no Exterior – pela compra de armamentos de origem estadunidense. A localização geográfica e a normativa da CEBW facilita os contatos com o Departamento de Defesa e com empresas fabricantes de armamentos sediadas naquele país.

Cabe destacar que a compra de armamentos provenientes dos Estados Unidos não é livre de condicionalidades – ao contrário, o tema é pensado como parte integrante da Política Exterior da potência. O *Foreign Military Sales* é um dos componentes dos programas de Assistência em Segurança dos Estados Unidos e deve, de acordo com a legislação estadunidense, ser autorizado pelo Departamento de Defesa com o objetivo de assegurar convergência com interesses de segurança nacional do governo dos Estados Unidos, assim como garantias de que não haverá transferência não autorizada de tecnologia (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2017, [2022]).

Para citar um exemplo, em 2020, quando o Brasil prospectou a compra de Torpedo MK 54, a agência responsável do Departamento de Defesa, a *Defense Security Cooperation Agency*, recomendou a compra.

> Esta proposta de venda apoiará a política externa e os objetivos de segurança nacional dos Estados Unidos por melhorar a segurança de um importante parceiro regional, que é uma força importante para a estabilidade política e progresso econômico na América do Sul (THE UNITED STATES OF AMERICA, 2020, tradução livre).

Em outras palavras, para os Estados Unidos, a venda de armamentos não é pensada como apenas uma transferência comercial, mas é entendida como uma forma de aprofundar relações e impor restrições àqueles que não atendem às suas demandas. A existência de uma comissão permanente do Exército Brasileiro em Washington, sem correspondências em outras capitais, mostra uma predisposição institucional do Exército Brasileiro por sistemas de armas de origem estadunidense, apesar das condicionalidades políticas impostas por aquele país.

CC BY NC SA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram discutidas diferentes dimensões por meio das quais as relações militares Brasil-EUA reproduzem a dependência brasileira também no âmbito da formulação estratégica. Apontamos como reuniões de alto nível, acordos internacionais, treinamentos militares e a educação dos militares são formas por meio das quais a grande potência transmite visões de mundo, conceitos, percepções de ameaças, e formas de organização das estruturas burocráticas. Outras dimensões já foram abordadas sob essas lentes pela literatura, como as transferências de equipamentos. Durante a pesquisa, novas dimensões surgiram e poderão ser objeto de novos textos, como a realização de festas e comemorações conjuntas, e a realização de visitas rotineiras entre autoridades políticas e militares de ambos os países.

Escondidas sob a égide da cooperação militar ou cooperação em segurança, essas formas de interação entre países tão assimétricos em termos de capacidades, vulnerabilidades e objetivos estratégicos contribuem para a perpetuação da dependência e, quiçá, para o aprofundamento da subordinação e alinhamento. Cabe apontar que, como explicitamente definido na doutrina estadunidense, tais atividades de cooperação e assistência em segurança devem corresponder e contribuir para os interesses nacionais dos EUA.

O texto oferece dados bastante ilustrativos para identificar a dependência estratégica manifestando-se na dimensão ontológica quando, por exemplo, o Brasil mantém o conceito de guerra como nome da principal escola da área, ou leva a cabo exercícios em que vizinhos são considerados potenciais ameaças, mesmo com o país tendo sua política de defesa pensada de maneira defensiva, e a agressão a outros países vedada pelo seu arcabouço normativo, que emula a cooperação regional. A dependência epistemológica se expressa na adoção de conceitos como cooperação e interoperabilidade, quando os mais adequados para uma relação tão assimétrica seriam dependência e subordinação. Por fim, a dependência operacional mantém os militares brasileiros atuando contra inimigos internos, e investindo seus recursos na compra de mais equipamentos, enquanto assinam-se acordos sem sequer a previsão de transferências tecnológicas.

A análise apresentada mostra que tais atividades não são uma novidade do período contemporâneo: as reuniões de alto nível, os treinamentos militares e os cursos realizados por militares brasileiros em escolas estadunidenses são constantes e perpetuam-se há décadas tendo, em geral, institucionalizado-se na segunda metade do século passado. Os acordos internacionais no âmbito da defesa tampouco são uma exclusividade do governo atual.

CC BY NC SA

Contudo, no período posterior ao contestável processo de impeachment em 2016, podem ser observadas algumas iniciativas com certo grau de ineditismo. São os casos, por exemplo, da realização de treinamentos bilaterais com a participação de militares estadunidenses em solo brasileiro, os acordos entre o *Perry Center* e escolas militares brasileiras e a tramitação do acordo de salvaguardas tecnológicas. Estas iniciativas sugerem um aprofundamento da relação de dependência. Dessa maneira, estudos comparativos entre o momento atual e períodos históricos seriam uma importante forma de contribuir para esta agenda de pesquisa, assim como comparações das relações mantidas entre o Brasil e outros países, notadamente a China.

Não procedeu-se ao exame das motivações para este aprofundamento. A hipótese mais evidente refere-se às mudanças políticas domésticas no Brasil, especialmente a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 com sua subsequente guinada na política externa. Contudo, outros elementos, mais estruturais ou conjunturais, também podem ter influência, como: o aumento da competição entre potências, a identificação de uma possível crise da hegemonia estadunidense, o incremento do protagonismo dos militares na política interna brasileira, a existência de autonomia militar na formulação da política de defesa nacional diante de outras áreas mais permeáveis a novas parcerias (como a economia), balanços positivos e negativos de experiências de parcerias regionais anteriormente levados a cabo, entre outros.

Em razão da priorização pela sistematização de dados, e da falta de espaço para o desenvolvimento dos argumentos, o texto permanece com duas lacunas relevantes. A primeira diz respeito à guinada na Política Externa brasileira recente, e ao alinhamento automático entre Brasil – EUA durante os governos Bolsonaro-Trump, reforçado por grupos de extrema-direita. O tema é objeto de profícua discussão acadêmica (GUIMARÃES, SILVA, 2021; BARBOSA, CASARÕES, 2022; SARAIVA, SILVA, 2019), e não há dúvidas de que as mudanças na relação político-governamental impactam nas relações bilaterais-militares, pois acordos na área militar contêm interesses em contrapartidas a serem obtidas em outras áreas.

A segunda lacuna é a identificação da dependência em outras áreas, para além da estratégica, durante o mesmo período histórico. A área estratégica goza de relativa autonomia diante de outras dimensões, inclusive da diplomacia, naquilo que Alsina Jr (2003) e Saint-Pierre (2006) denominam destino das paralelas. Uma vez que a maioria das cinco dimensões analisadas já existia antes de 2016, não é possível falar, à luz dos dados coletados, em uma guinada na política de defesa, diferente da política externa. Entretanto, a ampliação do arco temporal da pesquisa para abranger as relações existentes entre outros governos dos mesmos países, e a inclusão de outras áreas para a identificação de relações de dependência/autonomia, foge

CC BY NC SA

ao escopo deste artigo. A ampliação da coleta de dados para abranger comparações com outros países também foge ao escopo delimitado, centrado em analisar as relações militares bilaterais Brasil-Estados Unidos. Por fim, esclarece-se a opção pela discussão apenas no nível estratégico. Questões da política de defesa, e mesmo tático-operacionais, poderão ser objeto de reflexão futura.

Escrito no ano em que foram comemorados os 200 anos de independência, neste texto muito se falou sobre dependência, e pouco tratou da necessária e imperiosa construção de autonomia. Ao explicitar algumas das formas de reprodução da dependência, pretendemos contribuir para que a autonomia não seja apenas uma utopia dos próximos 200 anos.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Foguete sul-coreano é lançado desde a base de Alcântara. 20 de março de 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/foguete-sul-coreano-e-lancado-partir-da-base-de-alcantara. Acesso em 14 de junho de 2023.

ALMEIDA SILVA, Antonio Ruy. A diplomacia de defesa na política internacional. **Revista da Escola de Guerra Naval**, v. 21, n. 2, p. 179, 2015.

ALSINA JUNIOR, João Paulo Soares. A síntese imperfeita: articulação entre política externa e política de defesa na era Cardoso. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol.46, n.2. Brasília, IBRI, 2003.

BARBOSA JUNIOR, Ricardo; CASARÕES, Guilherme. Statecraft under God: Radical right populism meets Christian nationalism in Bolsonaro's Brazil. *Millennium*, v. 50, n. 3, p. 669-699, 2022.

BEAUFRE, André. *Introdução à Estratégica*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

BOJIKIAN, Neusa; MARIANO, Karina; THOMAZ, Laís. O Acordo de Alcântara e o Desenvolvimentismo Oculto dos Estados Unidos. *Caderno CRH*, Salvador, v. 35, p. 1-23, 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional. *Operação CRUZEX 2018*, Câmara dos Deputados, 2018. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/noticias/operacao-cruzex-2018. Acessado em 2 junho de 2022.

BRASIL. Escola Superior de Guerra. Informação obtida por meio de questionamento via LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO, número de protocolo 60110.001632/2022-99, 2022a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Assessoria de Comunicação Social (Ascom). *AMAZONLOG: Começa em Tabatinga (AM) maior exercício de logística humanitária do Brasil*, 8 de novembro de 2017. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/amazonlog-comeca-em-tabatinga-am-maior-exercicio-de-ajuda-humanitaria-do-brasil. Acessado em 15 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Assessoria de Comunicação Social (Ascom). Decreto autoriza a presença temporária de forças militares dos EUA em território nacional para exercício conjunto com o Exército Brasileiro. 14 out. 2021c.

BRASIL. Ministério Da Defesa. Documento obtido por meio de pedido via Lei de Acesso à Informação. *Minutes for the IV U.S.-Brazil Strategic Defense Talks*, 2021a.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Exército brasileiro recebe US Army College para intercâmbio no RJ*. 26 outubro de 2021b. Disponível em: http://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/14456003. Acessado em 10 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. *Secretaria-Geral do Exército*. *Portaria - C Ex N° 1.761, De 10 de Junho de 2022*. Brasília, 2022c. Disponível em: http://www.sgex.eb.mil.br/sg8/001_estatuto_regulamentos_regimentos/03_regimentos/port_n_1761_cmdo_eb_10jun2022.html#:~:text=Washington%20(CEBW).-,Art.,Par%C3%A1grafo%20%C3%BAnico. Acessado em 6 set 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. *Operação Formosa 2022*. 10 de agosto de 2022b. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/comffe/content/opera%C3%A7%C3%A3o-formosa-2022. Acessado em 31 de agosto de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Escola de Guerra Naval é palco do Seminário* "*Combatendo Ameaças Transnacionais*", 2019b. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/egn/node/364. Acessado em 10 de julho de 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Encerramento do Curso de Governança em Defesa*. 18 junho 2021d. Disponível em: https://www.gov.br/esg/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/encerramento-do-curso-de-governanca-em-defesa. Acessado em 17 julho de 2022.

BRASIL. Ministério Da Defesa. *Minutes for the III U.S.-Brazil Strategic Defense Talks*, Documento obtido por meio de pedido via Lei de Acesso à Informação. 2020b.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América em lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara. Washington*, DC, 18 mar. 2019a. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12270?s=salvaguardas%20tecnol%C3%B3gicas&tipoPesquisa=1. Acessado em 21 junho de 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América referente a projetos de pesquisa, desenvolvimento, teste e avaliação (Acordo RDT&E)*. Miami, 08 mar. 2020a. Disponível em: https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/12383?TituloAcordo=Acordo%20RDT&E&tipoPesquisa=1&TipoAcordo=BL,TL,ML. Acessado em 21 junho de 2022.

BRASIL. Poder Executivo. *Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional*: mensagem nº 269, de 2001. Submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre salvaguardas tecnológicas relacionadas à participação dos Estados Unidos da América nos lançamentos a partir do Centro de Lançamento de Alcântara, celebrado em Brasília, em 18 de abril de 2000. *Relatoria: Dep. Waldir Pires*, 17 de agosto de 2001. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=4660&filename=Tramitacao-MSC+296/2001. Acessado em 21 junho 2022.

BRASIL. Presidência da República. Palácio do Planalto. *Presidentes Jair Bolsonaro e Joe Biden participam de reunião bilateral nos Estados Unidos*. 10 de junho de 2022d. Disponível em: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2022/06/presidentes-jair-bolsonaro-e-joe-biden-participam-de-reuniao-bilateral-nos-estados-unidos. Acessado em 14 de maio de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos DECRETO Nº 90.151, de 05 de setembro de 1984. Brasília, 1984. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1984/D90151.html. Acessado em 6 setembro 2022.

CC BY NC SA

BRASIL. Presidência da República. *Secretaria-Geral Subchefia para Assuntos Jurídicos DECRETO Nº DECRETO Nº 10.220, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2020*. Brasília, 2020e. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10220.htm. Acessado em 18 maio 2023.

CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional*: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Editora Saraiva, 2008.

CORRÊA, Carlos Magno de Carvalho. *Repercussões da implantação da metodologia do planejamento baseado em capacidades para o sistema de planejamento estratégico do exército e seus reflexos para a gestão do portfólio estratégico*. Trabalho de Conclusão de Especialização em Gestão de Projetos, Universidade de Brasília, Brasília, 104 p., 2020.

COX, Robert W. *Social forces, States and World Orders - beyond international relations theory*. In: KEOHANE, Robert O. (editor). Neorealism and its critics. Nova York: Columbia University Press, 1986.

CRAWFORD, A. P. "Industrial Policy" for Space? *CATO Institute*, Washington, DC, n. 69 (Policy Analysis), 25 abr. 1986. Disponível em: https://www.cato.org/policyanalysis/industrial-policy--space. Acessado em 21 junho de 2022.

DEFESA EM FOCO. *Oficiais brasileiros concluem o Curso de Comando e Estado-Maior do Exército nos EUA*.16 de junho de 2022. Disponível em: https://www.defesaemfoco.com.br/oficiais--brasileiros-concluem-o-curso-de-comando-e-estado-maior-do-exercito-nos-eua/. Acessado em 10 de julho de 2022.

DEFESA E FOCO. ESG realiza Curso de Extensão *"Governança em Defesa"* em parceria com WJPC. 23 de maio de 2022. Disponível em: https://www.defesaemfoco.com.br/esg-realiza--curso-de-extensao-governanca-em-defesa-em-parceria-com-wjpc/. Acessado em 10 de julho de 2022.

DEFESA EM FOCO. *Escola Superior de Guerra promove curso de Planejamento Baseado em Capacidades*. 17 de março de 2020. Disponível em: https://www.defesaemfoco.com.br/escola-superior-de-guerra-promove-curso-de-planejamento-baseado-em-capacidades/. Acessado em 10 de julho de 2022.

CC BY NC SA

DEFESANET. ESG-BSB: Curso de Paradigmas de Análise Estratégia e Planejamento Baseado em Capacidades, 18 de Setembro, 2019. https://www.defesanet.com.br/doutrina/noticia/34274/ESG-BSB--Curso-de-Paradigmas-de-Analise-Estrategia-e-Planejamento-Baseado-em-Capacidades/. Acessado em 10 de julho de 2022.

DEUTSCHE WELLE. *O impacto do acordo militar Brasil-EUA*. 08 de março de 2020. Disponível em: https://contee.org.br/o-impacto-do-acordo-militar-brasil-eua/. Acessado em 21 de junho de 2022.

ELLIS, R. Evan. The U .S. Military in Support of Latin America and the Caribbean. PRISM, *the journal of complex operations*, v. 8, n. 1, p. 26–40, 2019.

Gill, Lesley. *The School of the Americas*: Military Training and Political Violence in the Americas. Durham: Duke University Press, 2004.

GUIMARÃES, Feliciano de Sá; SILVA, Irma Dutra de Oliveira. Far-right populism and foreign policy identity: Jair Bolsonaro's ultra-conservatism and the new politics of alignment. *International Affairs*, v. 97, n. 2, p. 345-363, 2021.

HAYES, Margaret Daly. By Example: The Impact of Recent Argentine Naval Activities on Southern Cone Naval Strategies Center for Naval Analyses. *Center for Naval Analyses*, n. February, p. 1–65, 1995.

HAYES, Margaret Daly. *Center for Hemispheric Defense Studies* (CHDS). IN: H L Saint-Pierre e M G Vitelli (Orgs.) Dicionário de segurança e defesa. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

IANNI, Octávio. *Imperialismo na América Latina*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

KALDOR, Mary. *El Arsenal Barroco*. Madrid: Editora Siglo XXI de España, 1986.

KALIL, Suzeley; MEI, Eduardo; SILVEIRA, Claudio. (Org.). *De Cuba à Patagônia*: Desafios da educação militar no terceiro milênio. 1ed.São Paulo: Unesp, 2021.

LEÃO, Rafael. O Centro de Lançamento de Alcântara e as Possibilidades de Ganhos Comerciais e Estratégicos para o Brasil. *Revista Radar*, n.60, p.13-15, ago. 2019.

CC BY NC SA

MARINI, Ruy Mauro. *Dialéctica de la dependencia (1973)*. In: América Latina, dependencia y globalización. Fundamentos conceptuales Ruy Mauro Marini. Antología y presentación Carlos Eduardo Martins. Bogotá: Siglo del Hombre - CLACSO, 2008.

MATHIAS, Suzeley Kalil; FÁZIO, Ednéia. Nuevas amenazas y su impacto sobre las fuerzas armadas brasileñas. *Revista Fuerzas Armadas y Sociedad*, v. 18, n. 3–4, p. 53–81, 2004.

MILANI, Lívia Peres. *Relações EUA-Brasil No Governo Biden*: há continuidades, mas longe dos holofotes. Observatório Político dos Estados Unidos (OPEU), 29 de setembro de 2021. Disponível em: https://www.opeu.org.br/2021/09/29/relacoes-eua-brasil-no-governo-biden-ha-continuidades-mas-longe-dos-holofotes/. Acessado em 15 de maio de 2023a.

MILANI, Lívia Peres. US Foreign Policy to South America since 9/11: Neglect or Militarisation?. *Contexto Internacional*, v. 43, n. 1, p. 121–146, jan. 2021.

MOURY, Taciana. *Brazilian Service Members Take Part in Operational Exercise in the US*. Diálogo Américas, 10 feb 2021. Disponível em: https://dialogo-americas.com/articles/brazilian-service-members-take-part-in-operational-exercise-in-the-us/#.YpjacJPMI1K. Acessado em 2 junho de 2022.

O'HAGAN, Michel. New York Guard Trains with Brazilian Military. New York National Guard. 30 ago 2022. Disponível em: https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/3145336/new-york-guard-trains-with-brazilian-military/. Acessado em 31 agosto de 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. As Relações Bilaterais Brasil-Estados Unidos no Governo Dilma Rousseff, 2011- 2014. Austral: *Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais*, v. 3, n. 6, p. 11–36, 2014.

PERRY CENTER. *Institutional Relations.* 2022. Disponível em: https://wjpcenter.org/about/institutionalrelations/. Acessado em 31 agosto de 2022.

PENIDO, Ana; STEDILE, Miguel. *Ninguém regula a América*: guerras híbridas na América Latina. São Paulo: Expressão Popular, 2021, 168pp.

PENIDO, Ana. *Profissionalização e educação militar*: Um Estudo a Partir da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). 2015. Dissertação (Mestrado em Mestre em Estudos Estratégicos) - Instituto de Estudos Estratégicos (INEST), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

PROENÇA JR., Domício. Promessa Tecnológica e Vantagem Combatente. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 54, n. 2, 2011.

REDE MARIA QUITÉRIA. Inicio. Rede Maria Quitéria de Segurança e Defesa. Sem ano. Disponível em: https://redemariaquiteria.org/. Acessado em 15 de maio de 2022.

RUVALCABA, Morales D. La política exterior de Estados Unidos hacia Brasil: Cambios y continuidades en la Administración Biden. *Relaciones Internacionales*, v. 94, n. 1, p. 141–169, 2021.

SAINT-PIERRE, Hector. Racionalidade e Estratégias. *Premissas,* v. 3, p. 24-51, 1993.

SAINT-PIERRE, Hector. Política de Defesa e Relações Internacionais no Brasil: o destino das paralelas. Conferência LASA, 2006.

SAINT-PIERRE, Hector. *"Defesa" ou "Segurança"? Reflexões em torno de Conceitos e Ideologias*. In: MEI, Eduardo; SAINT-PIERRE, Héctor Luis. Paz e Guerra. Defesa e Segurança entre as Nações. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SARAIVA, Miriam Gomes; SILVA, Álvaro Vicente Costa. Ideologia e pragmatismo na política externa de Jair Bolsonaro. *Relações Internacionais*, n. 64, 2019.

SILVA, Diego Lopes da. *Armas, Capital e Dependência: Um Estudo sobre a Militarização na América do Sul*. Tese de Doutorado. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. São Paulo, 2018.

SILVA, Gabi Winter da; GONÇALVES, Fernanda Cristina Nanci Izidro. Uma Análise do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas entre Brasil e EUA por meio do Jogo de Dois Níveis: os Governos Cardoso (1995-2002) e Bolsonaro (2019-2022). Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, [S. l.], v. 11, n. 21, p. 427–459, 2022.

SOUTHCOM PUBLIC AFFAIRS. *Brazilian President Visits SOUTHCOM*. News, 8 March, 2020. Disponível em: https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2105124/brazilian-president-visits-southcom/#:~:text=%E2%80%93%20Brazilian%20President%20Jair%20Bolsonaro%20visited,has%20visited%20U.S%20Southern%20Command. Acessado em 5 maio de 2023.

SPARKS, Donald. *Annual U.S.-Brazil army-to-army staff talks secure readiness, friendship*. US Southcom Publica Affairs. 26 october 2020. Disponível em: https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2395448/annual-us-brazil-army-to-army-staff-talks-secure-readiness-friendship/. Acessado em 5 maio de 2023.

SPARKS, Donald. *Brazilian Army leadership lauds opportunity to train with U.S. Army at JRTC*. US Southcom Publica Affairs, 29 ago 2022. Disponível em: https://www.army.mil/article/259771. Acessado em 31 agosto de 2022.

TAECKENS, Joshua. *Bilateral military exercise Southern Vanguard 22 begins in Brazil*. US Southcom Publica Affairs, 7 dezembro de 2021. Disponível em: https://www.southcom.mil/MEDIA/NEWS-ARTICLES/Article/2865017/bilateral-military-exercise-southern-vanguard-22-begins-in-brazil/. Acessado em 15 de maio de 2023.

THE UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. JOINT CHIEFS OF STAFF. *Security Cooperation*. Washington, D.C., 2017. Disponível em: https://www.jcs.mil/Portals/36/Documents/Doctrine/pubs/jp3_20_20172305.pdf. Acessado em 2 junho de 2022.

THE UNITED STATES OF AMERICA. Department of Defense. Office of the Deputy Assistant Secretary of the Army for Defense Exports and Cooperation. Security Assistance. Wahington, [2022]. Disponível em: https://www.dasadec.army.mil/Security-Assistance/#:~:text=Security%20Assistance%20is%20a%20group,%2C%20cash%20sales%2C%20or%20lease. Acessado em 6 setembro de 2022.

THE UNITED STATES OF AMERICA. The White House. *Memorandum on the Designation of the Federative Republic of Brazil as a Major Non-NATO Ally*. 31 July 2019b. Disponível em: https://trumpwhitehouse.archives.gov/presidential-actions/memorandum-designation-federative-republic-brazil-major-non-nato-ally/. Acessado em 24 maio de 2022.

THE UNITED STATES OF AMERICA. U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Integrated Country Strategy* – Brazil. Washington, D.C., 2018. Disponível em: https://www.state.gov/integrated-country-strategies/. Acessado em 24 maio de 2022.

THE UNITED STATES OF AMERICA. USSOUTHCOM. *Statement of general Laura J. Richardson commander, United States Southern Command before the 117 Congress*. Washington, D.C.; U.S. Southern Command, 2022.

CC BY NC SA

THE UNITED STATES OF AMERICA. USSOUTHCOM. *United States Southern Command Strategy "Enduring Promise for the Americas*". Washington, D.C.U.S. Southern Command, 2019a. Disponível em: https://www.southcom.mil/Portals/7/Documents/SOUTHCOM_Strategy_2019.pdf?ver=2019-05-15-131647-353.pdf?ver=2019-05-15-131647-353. Acessado em 24 maio de 2022.

THOMAZ, Lais Forti.; VIGEVANI, Tullo; FERREIRA, Elisa Cascão. A política subordinada de Bolsonaro *a Trump (2019-2020): Estudos de casos - Embraer, Alcântara, RDT&E e Vistos. Revista Sul Global*, v. 2, n.2, p.199-231, 2021.

TWITTER. A ESD esteve representada no curso "Strategic Implications of Humans Rights and Rule of Law Course". O diretor do CDICA, Cel R1 Mcdonnell, participou da atividade realizada, na primeira quinzena de maio, no William J. Perry Center Of Hemispheric Defense Studies, em Washington DC. 18 May 2022a. Disponível em: https://twitter.com/EscolaSupDefesa . Acessado em 21 junho de 2022.

WENDT, Alexander, BARNETT, Michel. Dependent state formation and Third World militarization. *Review of International Studies*, n.19, p. 321-347, 1993.

VIDAL, Camila F.; WIETCHIKOSKI, Luciana. U.S. Hegemony in Latin America: The Southern Command as an Instrument of Consensus and Coercion. Contexto Internacional, v. 44, n. 3, p. e20210038, 2022.

ZERO, Marcelo. *Acordo militar "inédito" entre Brasil e EUA levanta suspeitas*. Jornal Brasil de Fato, 07 mar. 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/03/07/artigo-acordo-militar-inedito-entre-brasil-e-eua-levanta-suspeitas. Acessado em 21 junho de 2022.